

RECEITA ABRE CONSULTA PÚBLICA SOBRE PROGRAMA DE ESTÍMULO À CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA



A Receita Federal abriu a Consulta Pública RFB n.º 4, de 2018, para receber opiniões sobre programa a ser lançado pelo órgão, que pretende estimular as empresas a adotarem boas práticas com o fim de evitar desvios de conduta, por meio do estabelecimento de uma classificação dos contribuintes conforme o grau de risco que representam para a Receita Federal.

A proposta se inspira em boas práticas adotadas por outras administrações tributárias, seguindo modelo mundialmente reconhecido de favorecimento às práticas de conformidade tributária.

No âmbito federal, o programa é denominado Pró-Conformidade. O objetivo da Receita Federal é criar condições mais favoráveis aos contribuintes que têm um bom relacionamento com o Fisco, facilitando o cumprimento de suas obrigações e lhes prestando atendimento eficiente e ágil, quando demandarem. O bom contribuinte terá então prioridade em suas demandas e será previamente comunicado de suas pendências, para fins de autorregularização.

Como etapa prévia à implantação do programa, a Receita Federal vai realizar a classificação dos contribuintes levando em conta quatro critérios objetivos que avaliam o seu comportamento para com o fisco federal: 1 - situação cadastral compatível com as atividades da empresa; 2 - aderência nas informações prestadas à Receita Federal por meio de declarações e escriturações; 3 - tempestividade na apresentação das declarações e das escriturações; 4 - adimplência no pagamento dos tributos devidos.

Para saber mais sobre o Pró-conformidade e participar deixando sua opinião, clique [aqui](#).

Gestão de Riscos: seminário de sexta-feira terá a presença da Previc

A ANCEP vai promover o seminário **Gestão de Riscos Estratégicos e Operacionais**, cuja apresentação em Brasília, na próxima sexta-feira, dia 26, ganhou uma forte motivação a mais para atrair a atenção dos ancepianos. É que está confirmada a participação da PREVIC no evento a se realizar no DF.

A PREVIC estará presente à apresentação do seminário em Brasília através de dois de seus nomes de mais destaque: Sérgio Taniguchi, Diretor de Monitoramento e Fiscalização e Lúcio Capelletto, Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos.

Em um Mundo e mercados cada vez mais complexos e, mais ainda, em um momento da história econômica do País que obriga os investidores a arriscarem-se mais para alcançar o retorno desejável, ser capaz de fazer uma análise integrada e abrangente dos riscos ao investir é obrigação da qual nenhum gestor de recursos de terceiros pode fugir, daí a procura por uma orientação segura que esse tipo de evento oferece. E sem esquecer que o seminário é também uma oportunidade de o profissional garantir 8 pontos no programa de educação continuada do ICSS e 6,5 no do CFC.

A presença no seminário de dirigentes e profissionais das Entidade é claramente da maior importância, considerando que poucos temas poderiam ser mais oportunos do que esse. Afinal, está cada vez mais difícil extrair do mercado, sem se correr alguns riscos, os rendimentos minimamente almejados pelos participantes e as metas atuariais definidas. O evento que a ANCEP realiza em parceria com a Mirador Atuarial traz exatamente as respostas para as perguntas que tanto incomodam.

Para se inscrever basta ir ao endereço www.ancep.org.br

Auditoria revelou investimentos indevidos em regime próprio em PE

Uma auditoria realizada pela Secretaria de Previdência detectou investimentos de mais de R\$ 90 milhões realizados de maneira indevida por gestores do regime próprio de previdência social do município de Cabo de Santo Agostinho (PE), informa o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**.

De acordo com comunicado da Secretaria de Previdência, a auditoria serviu como base para a Operação Abismo, deflagrada na última sexta-feira, 19 de outubro, pela Polícia Federal, que teve como objetivo desarticular um esquema de fraudes no instituto. Os recursos do RPPS, diz a Secretaria, foram retirados de aplicações sólidas e transferidos para fundos de investimentos compostos por ativos "podres".

Previ: Nova forma de contabilizar a Vale impulsiona os resultados da entidade

A nova metodologia para contabilizar a participação da Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, na Vale teve um impacto positivo de mais de R\$ 12 bilhões para o Plano 1, de benefício definido, e levou a um superávit de R\$ 6,611 bilhões em 2018 até setembro. Até agosto, lembra o **VALOR ECONÔMICO** ao dar a notícia, a fundação acumulava déficit de R\$ 9,9 bilhões.

Antes, a avaliação de Litel - veículo de investimentos em que detém a fatia em ações da Vale junto com outras fundações - era feita anualmente pelo valor econômico. Agora, a precificação se dá ao final de cada mês, determinada a partir de uma média ponderada das cotações do trimestre anterior ao último dia útil do mês corrente. Como resultado da mudança, a participação saltou de R\$ 30,84 bilhões em 2017 para R\$ 43,5 bilhões, em setembro. "No nosso entendimento, essa é a fórmula que melhor reflete o resultado do ativo dentro da Previ. Ela reflete o que está acontecendo lá. Com a revisão do acordo de acionistas, boa parte das ações que a Litel tem da Vale já ficaram fora do bloco de controle. Esse é um fator que ajuda a sustentar a mudança da metodologia. Mais da metade das ações já ficam fora do bloco de controle", disse o presidente da Previ, José Mauricio Coelho. A fatia relevante do investimento, de mais de R\$ 40 bilhões, também justifica a adoção de uma metodologia para a precificação, afirma o executivo. "Ter alguma coisa que suaviza um pouco, tirando picos e baixos [dos preços], é importante", disse.

Por outro lado, enquanto a eleição ainda estava em fase de definição, a Previ aproveitou a volatilidade dos mercados para aumentar sua fatia em títulos públicos. A fundação comprou cerca de R\$ 3 bilhões destes papéis, com vencimento entre 2035 e 2050. Os títulos trazem um conforto para a fundação, uma vez que, com taxas de até 6% mais o IPCA, estão em linha com a atual meta atuarial da entidade, de INPC mais 5%.

A política de investimentos do fundo de pensão prevê uma redução da participação em renda variável, além da saída dos blocos de controle de empresas. O plano é revisado anualmente e tem horizonte de sete anos.

Um segundo jornal, **O ESTADO DE S. PAULO**, por sua vez informa que a Previ deseja elevar a sua carteira de investimentos no exterior, que hoje está em apenas 0,10% do total. Esse desejo deverá estar materializado na nova política de investimentos, a ser anunciada em novembro. A entidade também tem interesse em debêntures atreladas à inflação e poderia dobrar o espaço reservado em sua carteira a esse tipo de investimento.

A Previ também estuda implementar, no final do ano, a troca da chamada "tábua de mortalidade".